

# **VIOLÊNCIA, ESCOLA E A CRISE DA AUTORIDADE DOCENTE**

Izaque Pereira de Souza  
Carmem Célia Barradas Correia Bastos (Orientadora/Unioeste)  
ipsouza.souza@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Centro de Educação e Artes –  
Cascavel – PR.

**Palavras-chave:** violência, educação, autoridade docente.

## **Resumo**

A violência é um fenômeno que vem permeando cada vez mais as relações de ensino e os ambientes escolares, apresentando-se de diversas formas (seja ela verbal, física, simbólica), ocorrendo com uma frequência muito maior do que se gostaria de admitir e produzindo efeitos muito mais devastadores do que imaginamos. A própria realidade escolar pode ser – e numa escala crescente é – um agente de fomento à violência, contribuindo em seus efeitos negativos, e criando um espaço cada vez maior na relação professor/aluno, já que o docente, na maior parte das vezes, se vê desamparado pois nem sempre está preparado para determinada situação de conflito à qual é exposto.

Assim, muitas vezes tentando garantir a manutenção das relações na comunidade escolar, lança mão de recursos algumas vezes totalitários que acabam comprometendo a legitimidade da figura do professor e fazendo com que a autoridade do docente passe a ser questionada.

## **Introdução**

As transformações pelas quais passa a humanidade, tanto no aspecto moral quanto nas valorações feitas pelos indivíduos diante das situações que a ele se apresentam, o crescente progresso que caracteriza os tempos atuais e os reflexos trazidos pelas grandes transformações em suas diversas esferas, tem demonstrado uma característica própria do ser humano e que cada vez mais tem sido causa de grande preocupação: os problemas de relacionamento que o homem tem com o ambiente, com seu semelhante e consigo próprio.

Talvez isso se deva à visão fragmentada que passamos a ter do mundo ante o bombardeio excessivo de informações que recebemos e nem sempre assimilamos; ou ante a necessidade de estarmos em constante movimento produtivo sem pensarmos exatamente naquilo que fazemos; ou ainda pela postura egoísta que acabamos assumindo ao nos colocarmos sempre em primeiro plano quando se faz necessária uma reflexão mais profunda sobre os nossos atos.

Dessa maneira, questões como a violência e a vulnerabilidade dos direitos humanos, têm preocupado cada vez mais especialistas e a

população em geral de maneira que debruçar-se sobre o tema tornou-se cada vez mais necessário.

Há muito tempo desenvolveu-se a idéia de que a escola poderia ser a solução para a maior parte dos problemas sociais. Criou-se a imagem da escola como redentora. No entanto, a realidade vem demonstrando ser essa idéia um grande equívoco. A própria forma que se pretende “equacionar, padronizar” os comportamentos, as posturas e as atitudes dos alunos no ambiente escolar - o que acaba desvalorizando a individualidade - bem como a forma, algumas vezes despótica, de impor essa padronização, geram um descontentamento muitas vezes difícil de ser contido e que acaba gerando um comportamento indesejado, indisciplinado e violento.

Nesse ínterim, a falta de identificação com o professor – que acaba tendo que se valer de meios menos sutis para tentar garantir a disciplina e a ordem – se torna uma conseqüência e a crise da autoridade docente, uma realidade.

## **Material e Métodos**

Adotou-se como procedimento técnico a utilização de material bibliográfico, lançando mão de livros, revistas, periódicos e sítios virtuais (internet). Quanto ao método científico, usou-se do método dialético, o que implica em uma análise mais crítica da realidade, com o objetivo não apenas de conhecê-la mas também de transformá-la. Para isso, esse método busca evidenciar as contradições internas em cada fenômeno estudado uma vez que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, psicológico – entre outros - o que vai ao encontro da idéia que procuramos trazer no presente artigo.

## **Resultados, Discussão e Considerações**

A escola é um local de socialização. Essa é uma expressão mais do que recorrente, dita constantemente sob as mais variadas justificativas. Mas a principal das justificativas talvez seja a idéia de que essa socialização seja a responsável por tornar o indivíduo um ser preparado para o convívio em sociedade, completamente educado, disciplinado. Mas como definir a contento o que é ser “completamente educado e disciplinado”?

Se partirmos do pressuposto de que disciplina seria um regime de ordem imposta (ou mesmo consentida), que convém ao bom funcionamento de uma organização, entraremos em um terreno ambíguo, principalmente porque a análise aqui teria um cunho bastante subjetivo. E mais: a escola sai do pólo daquela que reflete a opressão e a violência sociais e passa a ser aquela capaz de produzir sua própria violência e indisciplina (AQUINO, 2006).

Em que pese o ambiente escolar ser rico no que diz respeito à diversidade, o modelo escolar ainda prima pela homogeneização: a relação professor-aluno é impregnada de rituais que precisam ser cumpridos para que, no decorrer das aulas, bimestres e anos letivos se tenha o

aproveitamento e o resultado desejado por ambos qual seja, a aprovação ao final.

Nesse momento a escola mostra uma de suas facetas que talvez seja das mais cruéis: a de que está projetada para que todas as pessoas sejam iguais, o que não corresponde à realidade. Na busca para se alcançar essa equiparação os mecanismos disciplinares utilizados são os mais variados: atividades que limitam o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, dos professores, diretores colocando a todos numa situação de submissão e total controle (AQUINO, 1998).

Com essa atitude fica demonstrado que nessa tentativa de se nivelar, sob a justificativa de se dispensar um tratamento igual a todos – tanto no que diz respeito a direito quanto obrigações – acaba-se por violentar a individualidade de cada um dos componentes da comunidade escolar.

Não se pretende afirmar que a transgressão às regras ou a inexistência das mesmas seria a saída para os surtos de violência que cada vez mais se verificam. O que não se pode desconsiderar é que a escola também é violenta através de sua hierarquia de poder. E isso nos faz parecer que a violência acaba adotando uma dimensão construtiva na medida em que obriga a escola a rever seus mecanismos de poder, de hierarquização.

Ora, se o conceito de disciplina for tido como o inicialmente colocado – regime imposto ou aceito com o fim de manter o bom funcionamento de uma organização – a idéia de indisciplina – que é uma das manifestações da violência – nada mais seria que pensar diferente daquilo que se prega, daquilo que é acatado pela maioria. E até aí, simplificando o ato, não teríamos nada mais do que uma divergência de opinião. Mas como lidar com isso em uma instituição onde o comportamento deve ser padronizado e toda forma “desviante” deve ser “corrigida”, sob a justificativa de uma melhor inserção social futura?

Na ambigüidade de seu conceito, o termo indisciplina não expressa apenas violência, mas também uma forma de interromper as pretensões de controle, de padronização impostas pela escola. E isso porque, a sala de aula é um lugar onde uma complexa teia de relações é tecida e se o professor não consegue identificar essa rede, ele se fecha e por conseqüência fecha-se também o canal de comunicação com o coletivo não restando muito mais que a imposição através de um autoritarismo injustificado (GOMES, 2004).

E talvez o maior problema resida nessa postura: no fato do professor achar que impondo normas de maneira autoritária se conseguirá eliminar conflitos. Entretanto, agindo assim ele desconsidera que o próprio movimento da sala de aula, que é marcado pela diversidade e pela instabilidade, aponta para inutilidade de um controle totalitário. Isto porque a interação que os alunos buscam foge do planejado, do programado. O que eles – os alunos – esperam é uma interação espontânea e nesse contexto, qualquer tipo de autoritarismo não é bem vindo e suas conseqüências certamente serão manifestações de violência em alguma de suas variáveis (GUIMARÃES, 2004).

Em contrapartida, quando o professor entende a ambigüidade de sua posição, a administração da violência intrínseca ao seu papel se torna mais tranqüila para ele e muito mais tolerável para os alunos. Assegura-se dessa forma a coesão nas diversas situações-problema que se apresentem no cotidiano escolar (brigas envolvendo alunos, professores, diretores) já que todos passam a partilhar as mesmas emoções que fazem parte da vida coletiva.

Lembremos ainda que próprio sistema educativo é relativamente violento, uma vez que a forma de transmissão de conhecimento exige do homem esforço de atenção, memória, raciocínio e pensamento que nem sempre lhe é natural. Premia-se aquele que tem maior capacidade de reter informações mas não só isso; “o aluno ideal”, além de retê-las precisa ter uma ótima oratória para poder passá-las a contento para os demais. E, como se essa manifestação de violência por si só já não fosse suficiente, a essa segue-se outra: esse “aluno ideal” passa a ser o modelo de comportamento que se deseja para integração social (AQUINO, 2006).

A partir daí o resultado se torna previsível. Se a escola é um microcosmo e a diversidade passa a não ser valorizada como deveria e, além disso, ainda se tenta nivelar com base em um padrão que não necessariamente deve ser o ideal, a segmentação dos indivíduos é conseqüência lógica.

Surgem as chamadas “panelas”, grupos que se reúnem por afinidades de idéias e atitudes o que afasta ainda mais a idéia de homogeneização. Isso porque os conceitos mudam de um grupo para outro, em todos aspectos, e com eles a idéia de disciplina também se relativiza. Os embates se tornam cada vez mais inevitáveis e difíceis de resolver sem um apoio especializado.

(...) Nessa perspectiva a palavra de ordem passa a ser o “encaminhamento”. Encaminha-se para o coordenador, para o diretor, para os pais ou responsáveis, para o psicólogo, para o policial. Numa situação-limite, isto é, na impossibilidade do encaminhamento, a decisão, não raras vezes, é o expurgo, ou a exclusão velada sob a forma de “transferências” ou mesmo do “convite” à auto-retirada (...). (AQUINO, 1998)

E o pior: a maior parcela de culpa, no contexto acima é da sistemática educacional. No intuito de, através dos ritos, criar um ambiente mais adequado para o desenvolvimento intelectual dos alunos, acaba-se por sufocar os movimentos individuais, tolhendo qualquer possibilidade de aproximação por parte do corpo pedagógico. O aluno se sente desvalorizado em sua individualidade de maneira que uma contrapartida – que seria a disciplina tão esperada do ponto de vista escolar – se torna algo questionável.

O que se pode perceber é que os educadores ficam quase sempre com um sentimento de “mãos atadas” diante dessas situações, já que são fatos estranhos ao que se tem por ideal pedagógico. No entanto, o que se deve considerar é que esse plano ideal, no qual o professor ensina e os alunos apreendem – num fluxo perfeito, sem sobressaltos – está longe de

ser a realidade das salas de aula além de que o cotidiano escolar é recheado de situações inusitadas, que se justificam na riqueza de vivências trazidas por cada um dos agentes envolvidos no processo educacional (AQUINO, 1998).

É necessário entender que no processo educativo temos o envolvimento direto de, pelo ao menos, duas grandes instituições - a familiar e a educacional – e é a idéia de que as práticas sociais – e a escola está inclusa – são as responsáveis por delinear as conjunturas políticas, econômicas e culturais. Outro pensamento recorrente é que a escola reproduz em seu interior aquilo que foi gerado fora dela. No entanto, a realidade tem nos mostrado que a manutenção dessas idéias tem se tornado cada vez mais difíceis – e incoerentes.

Não é possível sustentar categoricamente a idéia de que a escola apenas reproduz os fatores externos a ela uma vez que ao se apropriar de tais fatores, algo de novo se produz no cotidiano escolar através de seus atores e na própria relação instituído/instituinte. Ocorre então “um entrelaçamento, uma interpenetração de âmbitos, entre as diferentes instituições que define a malha de relações sociais do que uma suposta matriz social e supra-institucional, que a todos submeteria” (AQUINO, 1998). Afinal, não há como ignorar que a escola não apenas reflete a opressão, a violência e ainda, os conflitos externos; ela também produz sua própria violência e indisciplina.

Mesmo se encararmos o fenômeno da violência escolar, em suas várias facetas, sob o aspecto psicologizante como uma alternativa de leitura, não é possível eximir a escola de sua responsabilidade nos eventos de violência e/ou indisciplina.

Isso porque não é possível determinarmos como gênese de toda a problemática de determinada instituição como tendo um núcleo abstrato que é o da personalidade – ou perfil, ou identidade – de um indivíduo independente da instituição na qual este se insere.

Nas palavras de Guirado (1997, p.34 *apud* Aquino, 1998):

estamos definindo as instituições como relações ou práticas sociais que tendem a se repetir e que, enquanto se repetem, legitimam-se. Existem, sempre, em nome de “algo” abstrato, o que chamamos de seu objeto. Por exemplo, a medicina pode ser considerada, segundo nossa definição uma instituição e seu objeto, pode-se dizer, é a saúde. As instituições fazem-se sempre também, pela ação de seus agentes e de sua clientela. De tal forma que não há vida social fora das instituições e sequer há instituição fora do fazer de seus atores.

Ora, retomando o raciocínio anterior e fazendo uso das palavras de Aquino(1998):

(...) idéias como “desestruturação da personalidade” ou “déficit em alguma fase de desenvolvimento” também deixam de fazer sentido em si mesmas quando se colocam em foco questões de ordem institucional. O sujeito concreto, enquadrado em

determinadas coordenadas institucionais específicas, não pode ser encarado como um protótipo individual de uma suposta “natureza humana padrão”, tomada como modelo universal, ideal e compulsório, que não comportaria idiosincrasias (tomadas, por sua vez, como desvio, anomalia, distúrbio).

Adotando essa linha de pensamento o sujeito fica reduzido a uma simples equação; ele só é sujeito se subsumido a uma série de condições gerais, institucionais. Ele precisa estar inserido em um contexto, realizar determinadas tarefas – de determinadas maneiras – pertencer a determinado grupo e encarar o mundo tomando algum dos posicionamentos postos. Ou seja, durante todo o tempo a individualidade é balizada, limitada, tolhida.

Para alguns, talvez a maioria, essa dinâmica homogeneizadora não seja totalmente agressiva e seja uma postura necessária, condição única para o convívio harmônico em sociedade. Desde o momento em que a humanidade decide trocar o nomadismo pela permanência em determinado *lôcus* geográfico, com *animus* de ali estabelecer sua família, cultivar suas terras e se agrupar em sociedades rudimentares, surge a necessidade de se criarem regras de convívio. Porém, estender essas regras para a esfera subjetiva do ser humano, represando suas formas de expressão sob a justificativa de disciplinar ou educar, consiste em arbitrariedade, em excesso.

E é justamente essa a postura da escola que desencadeia toda uma série de outras situações que vem a culminar nas reações indesejadas – violentas e indisciplinadas – por partes dos alunos gerando ainda uma crise na autoridade escolar.

Sempre que, na posição de representantes hierárquicos de determinada prática social, independente da intenção, impusermos nossa vontade em relação ao outro, estabeleceremos uma relação de violência. Isso porque, uma das definições de violência nos deixa clara a idéia de que obrigar alguém para que faça ou deixe de fazer algo que não tenha vontade é um ato violento. “Nesse sentido, pais e filhos são violentos entre si, da mesma forma que médicos e pacientes, sacerdotes e fiéis, personagens televisivos e espectadores, professores e alunos” (AQUINO, 1998).

Ainda nesse sentido, nos traz Aquino (1998):

Se toda intervenção institucional vislumbra, inequivocamente, a apropriação de determinado objeto (a saúde na medicina, a salvação nas religiões, o lazer/informação na mídia, o conhecimento na educação escolar, etc), por meio da transformação de uma determinada matéria-prima materializada nas condições apriorísticas da clientela (a descrença, a doença, a ignorância etc), é possível e desejável, portanto, deduzir que a ação dos agentes institucionais será inevitavelmente violenta – porque transformadora.

Por si só, tal atitude não seria negativa. Mas não é apenas isso. Se considerarmos que a idéia de educação escolar é um modo dominante de se

inserir na tradição as novas gerações, colocando-as em contato com um universo sistematizado, muitas vezes por conveniências políticas, vislumbraremos uma grande justificativa para os atos de violência que se verificam no cenário escolar.

Nos dizeres de Aquino a escola é um lugar do passado, no bom e imprescindível sentido do termo, o que a faz constantemente trazer do passado essa tradição, esse legado cultural. Inserir o aluno na cultura que se construiu a partir de suas bases pretéritas, estimular seu contato com as artes, as humanidades e as ciências, tudo isso justifica a tradição como algo positivo. E isso porque “tradição não é sinônimo de anacronismo, assim como autoridade não é sinônimo de despotismo” (AQUINO, 1998, p. 16).

Entretanto, essa relativização nem sempre é valorizada. Há uma hipervalorização do patrimônio cultural tradicional – que acaba se tornando uma visão meramente continuísta e repetitiva de mundo – na medida em que o professor deixa de valorizar as mudanças sofridas no decorrer dos tempos como se essas mudanças não fossem relevantes.

E assim, ao tentar impor de uma forma despótica a visão de mundo pré-concebida e imutável, muitas vezes sem fazer justiça à experiência que o aluno deseja compartilhar cria-se um ambiente conflituoso e a educação preconizada em nossa Carta Magna de 1988, baseada em cidadania, passa a parecer cada vez mais distante.

E as reações passam a ser as mais inesperadas. Ao se sentir desvalorizado, o discente começa a questionar o poder hierárquico do professor bem como sua legitimidade. E esse questionamento tende cada vez mais ser extravasado de maneira violenta, seja contra o próprio professor ou contra outros alunos.

O professor, na maior parte das vezes, ao desenvolver suas atividades, crê que o aluno lhe deve total obediência, acatando seus comandos, aceitando suas colocações de maneira absoluta, pelo fato dele se ver como o único agente transmissor de conhecimentos naquele momento. É fato que a autoridade do profissional da educação foi a eles delegada pela própria sociedade, atendendo o que prega a tradição – a idéia de uma superioridade hierárquica na qual a vontade e os valores do professor devem ser sempre obedecidas (GUIMARAES, 2004).

Entretanto, como já citado anteriormente, a dinâmica cultural faz com que a tradição precise sofrer algumas relativizações. Criar uma instituição monárquica no recinto escolar, se valendo de prerrogativas de sua função para selecionar o saber, ditar regras e controlar comportamentos, estipular critérios do que é certo ou errado – muitas vezes com base em convicções de foro exclusivamente pessoal – não são alternativas válidas no combate à insatisfação, à indisciplina e à violência.

A autoridade do professor em sala de aula é um item importante no processo educacional. Para Simon “a educação não se faz sem autoridade pois o educando precisa do referencial do professor a fim de ter base para a construção de seu conhecimento” (VASCONCELLOS *apud* SIMON, p. 54, 2004) . Porém se faz necessário repensar a forma como deve ocorrer essa autoridade.

A tradição nos traz exemplos escolares do passado em que a autoridade era exercida através do medo, uma vez que podia reprimir, ameaçar, punir. Na atualidade, entretanto, os pilares da autoridade docente precisam ser construídos pela confiança, pela competência e pelo respeito à diversidade e aos valores individuais, demonstrando que o passado pode nos servir de base intelectual mas não de fator determinante para pautarmos nossas condutas.

Dessa maneira, nos diz Simon:

quanto mais confiança os alunos tiverem no professor, enquanto autoridade que dirige um curso produtivo, que pode manter a disciplina, que tem bom domínio de conhecimento, mais confiança os alunos terão nas intervenções do professor. E isso parece possível desde que seja uma autoridade exercida dentro dos parâmetros constitucionais, ou seja, dentro da democracia e preocupada com a formação em cidadania. (SIMON, 2006, p.02).

Isso porque, muitas vezes as manifestações indesejáveis dos alunos – tidas como violentas ou indisciplinadas – podem ser indícios de um descontentamento com a visão daquilo que lhes está sendo apresentado – ou da forma como lhes está sendo apresentado – e portanto é de extrema importância que tais manifestações sejam ouvidas, compreendidas e discutidas pelos professores.

O cenário atual não se apresenta como sendo dos mais animadores. A cada nova notícia, o que se verifica são mais eventos em que a violência é uma constatação e o respeito à autoridade docente quase nunca é um ponto considerado.

No entanto, mesmo que pensar uma autoridade com bases mais democráticas nesse momento pareça algo distante da realidade escolar atual, o questionamento das normas estabelecidas, dos fatores que motivem as atitudes de rebeldia, da crítica à forma autoritária imposta pelo profissional da educação nos parece bastante válido. É um momento propício ainda, para o debate e a busca de caminhos diferentes para o enfrentamento a esta realidade que se apresenta visando a construção de uma educação mais inclusiva e que busque uma nova realidade social.

O professor tem uma função que vai muito além da mera transmissão de conteúdos. É uma relação de troca, de transformação onde se transmite conhecimento e se formam cidadãos. Nesse ínterim, a autoridade deve permitir ao professor fazer a opção pelos melhores caminhos para se alcançar essa formação e não servir de meio para satisfazer seus caprichos pessoais. Dessa forma, com uma postura comprometida, o reconhecimento à autoridade do educador já é passível de ocorrer de forma natural. Mas, se ainda assim, houver episódios de indisciplina ou violência, que estas sirvam de oportunidade de amadurecimento para os envolvidos na relação escolar de maneira que todos – professores, alunos, coordenadores, sociedade – busquem uma educação de qualidade e que forme verdadeiros cidadãos.



## Referências

- Aquino, J. G. In A violência escolar e a crise da autoridade docente. Caderno Cedes, ano XIX, nº 47. Dezembro, 1998.
- Aquino, J. G. In Violência na Escola, Violências da Escola. Revista Escola. Ano 2006. Disponível em <http://revistaescola.abril>. Acessado em 20/02/2008.
- Gomes, I. R. L. In Ritual escolar de avaliação e violência: uma análise sobre a corporeidade. Editora Intertexto. Niterói, 2004.
- Guimarães, A. M. In Escola: Espaço de Violência e Indisciplina. Unicamp. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/art02.html>. Acessado em 15/08/2008.
- Guimarães, A. M. In O Imaginário da Violência e a Escola. Editora Intertexto. Niterói, 2004.
- Pereira, M. A. Violência nas Escolas: Visão de Professores do Ensino Fundamental sobre esta Questão. Dissertação de Mestrado, USP, 2003.
- Rechia, T.M. O Imaginário da Violência em Minha Vida em Cor-de-Rosa. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2005.
- Simon, I. In A Indisciplina Escolar frente a Autoridade Docente. Disponível em [www.sieduca.com.br/2006/admin/upload/53.doc](http://www.sieduca.com.br/2006/admin/upload/53.doc). Acessado em 02/01/2009.
- Sposito, M. P. In A Instituição Escolar e a Violência. Disponível em [www.iea.usp.br/observatorios/educacao](http://www.iea.usp.br/observatorios/educacao). Acessado em 08/02/2008.
- Vasconcellos, C. S. In Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola. Disponível em [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_28\\_p227-252\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf). Acessado em 16/12/2007.